

PT realiza eleições diretas este ano

O último Congresso do PT aprovou a realização de eleições diretas para todas as instâncias do Partido. Na última reunião do DN ficou definida a data: 16 de setembro de 2001.

página 4

Petrobras e assédio sexual na mira dos parlamentares do PT

página 3

Veja como tem sido implementado o modo petista de governar

página 5

Instituto Cidadania discute violência e criminalidade

"Somente a implementação de políticas públicas poderá solucionar os problemas da segurança pública no país", garantiu hoje o líder petista Luiz Inácio Lula da Silva durante o seminário "O Município e a Segurança Pública", realizado no dia 30 de março, em São Paulo pelo Instituto Cidadania. Para ele, a violência e a criminalidade não podem ser vistas somente como caso de polícia. Lula destacou ainda durante a abertura que a questão da segurança pública deve ser debatida de maneira integrada, incluindo a sociedade civil e os governos municipais, estaduais e federal.

O evento tem objetivo de elaborar até outubro o "Programa de Segurança Pública Cidadã", um

projeto nacional para contribuir com a diminuição da criminalidade. Este primeiro seminário discute os problemas enfrentados pelos municípios com mais de 200 mil habitantes. A próxima etapa deverá ser o debate com cidades menores, terminando o ciclo de discussões com a conclusão do projeto.

De acordo com o coordenador geral do projeto, Antônio Carlos Biscua (ex-procurador geral do Rio de Janeiro e ex-deputado federal PT-RJ), o seminário contou com a participação de mais de 170 prefeitos de todo o país, dentre eles, a prefeita da cidade de São Paulo, Marta Suplicy (PT), prefeitos César Maia (PTB-RJ), Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB-



ES), Juraci Magalhães (PMDB-CE), Antonio Imbassahy (PFL-BA) e Fernando da Mata Pimentel, vice-prefeito de Belo Horizonte que está substituindo o prefeito Cêho de Castro, impedido de

comparecer ao evento.

Participam ainda o presidente nacional do Partido, deputado federal José Dirceu (SP), líderes petistas do Estado de São Paulo e entidades não governamentais.

PTnotícias

JORNAL DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

ANO V Nº 182 - De 16 de março a 9 de abril/2001



Sociedade exige CPI da Corrupção

"É mais uma razão para termos a CPI da Corrupção". Desta forma o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu, reagiu à notícia veiculada no dia 30 de março pela *Folha de S. Paulo* de que o governo FHC libera mais de R\$ 1,25 bilhão em verbas pública para conquistar o apoio de parlamentares contra a CPI.

Para Dirceu, ficou demonstrado o método usado por FHC para obter apoio para governar. "Tudo isso mostra como o governo estimula a corrupção, ao oferecer ministérios para partidos e liberação de verba para abafar a CPI", declarou o deputado petista.

De acordo com a *Folha*, o dinheiro para conquistar o apoio dos deputados contra a COI vem dos chamados "restos a pagar" dos Orçamentos da União de 1999 e 2000. São recursos empenhados (com promessa de liberação) mas não gastos na ocasião. "Temos de ir para as ruas, para mobilizar a sociedade e pressionar o Congresso. É o único caminho", falou o presidente do PT.

A reunião do Diretório Nacional do PT, realizada nos dias 10 e 11 de março, em São Paulo, aprovou a realização da campanha pela CPI.

O objetivo da campanha é fazer com que a sociedade pressione deputados e senadores para aprovar a

CPI e também levar ao conhecimento público as denúncias de corrupção do governo.

Histórico da corrupção

As denúncias de corrupção e de graves irregularidades nas duas gestões de FHC não são novas. Assim como não é novidade que durante estes seis anos todas as tentativas de investigação no Congresso Nacional e no Ministério Público foram abortadas por meio de ações articuladas pelo Palácio do Planalto.

Agora a denúncia foi feita pelo principal aliado do governo e ex-presidente do Senado e do Congresso Nacional (ACM) nos últimos quatro anos e atinge diretamente o governo e a própria pessoa do presidente da República; foi gravada e está em poder do Ministério Público; retoma o caso Eduardo Jorge e a privatização do sistema Telebrás; atinge o núcleo da coligação, ao acusar de corrupção o atual presidente do Congresso, ministros do PMDB e o líder deste partido na Câmara dos Deputados.

Estes fatos confirmam o grau de decomposição moral e política da coalizão que governa o país (PSDB, PMDB e PFL) e não deixa dúvidas sobre a necessidade de uma nova união política para governar o Brasil.

Segundo resolução



Brasília terá ato pela CPI no dia 5 de abril. Como ocorreu em 1999, oposição mobiliza sociedade para exigir apuração das denúncias de corrupção

aprovada pelo DN, "a evolução e o desenlace desta crise dependerá decisivamente da atuação do PT e dos demais partidos de oposição, das entidades representativas da sociedade civil e da capacidade de mobilização social pela ética na política, exigindo a instalação imediata de uma CPI contra a corrupção".

Desgastados

O líder da bancada petista na Câmara dos Deputados, Walter Pinheiro, comparou o momento vivido pelo governo FHC ao desgaste a que chegou o governo Sarney na década de 80. A proximidade entre as duas situações ocorre por estarem as imagens dos dois governos muito ligadas à corrupção. A avaliação de Pinheiro foi feita em cima dos dados de pesquisa de opinião pública encomendada pelo Palácio do Planalto e que associa o governo às práticas corruptas.

"Parece o governo Sarney, que terminou com imenso desgaste pelo grande volume de denúncias e uma operação imensa para que não houvesse apuração. O resultado foi aquela história de caçador de marajá que nós já sabemos no que deu", comentou Walter Pinheiro.

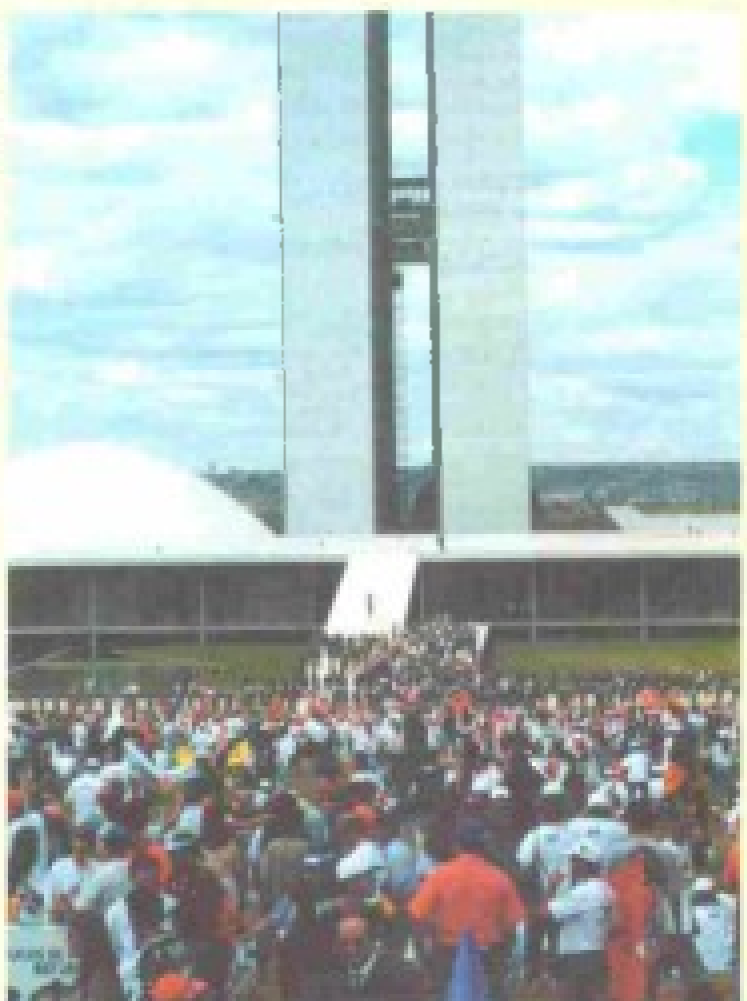
A pesquisa não é nada animadora: a aprovação de FHC caiu de três a quatro pontos e ficou no patamar de 30% e sua imagem está

associada à corrupção. Walter Pinheiro destaca que a pesquisa, cujas tabelas circularam pelos corredores e gabinetes do Congresso, tem indicadores preocupantes para o governo. "A pesquisa mostra a convivência de FHC com a corrupção e a população enxerga que o governo tenta impedir as investigações", falou o deputado petista, para quem a pesquisa é mais um instrumento de reforço da campanha pela CPI da Corrupção junto à população.

Vale tudo palaciano

Vale tudo, principalmente na Câmara dos Deputados. A opinião é do líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra, sobre a chamada Operação Abafa que o governo desencadeou para impedir a criação da CPI da Corrupção. Dutra avalia que no Senado o governo tem mais problemas para impedir a CPI pela crise instalada na base governista.

"Eles estão fazendo de tudo, pressão, barganha e reuniões", disse o senador José Eduardo Dutra. O líder petista vê maior dificuldade para colher assinaturas na Câmara. "Lá, eles negociam mais no varejo", falou Dutra. Até agora, 25 senadores assinaram o requerimento da CPI da Corrupção, além de 144 deputados federais. São necessárias 27 e 171 assinaturas, respectivamente.



ABI, OAB e CNBB querem investigar a corrupção no Brasil

O Movimento da Cidadania contra a Corrupção e em Defesa do Brasil esteve na CNBB e na ABI, no dia 28 de março, em busca de apoio para a instalação da CPI da Corrupção no Congresso.

"Identificamos objetivos comuns na luta contra a corrupção no país", afirmou o deputado Henrique Fontana (PT-RS). Ele disse que nas duas entidades visitadas existe a vontade de mobilização para acabar com a corrupção e com a impunidade no Brasil.

O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Rubens Approbato Machado, reafirmou no dia 27 de março a parlamentares de oposição que a entidade é favorável a toda e qualquer investigação por parte do Executivo, Legislativo e Judiciário de denúncias de corrupção.

CNBB apóia a CPI

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou no dia 29 de março nota de apoio à CPI da Corrupção. O documento,

intitulado "Pela ética e dignidade na política", defende a investigação das denúncias de corrupção nos três poderes da República.

O presidente da CNBB, dom Jayme Chemello, disse que os bispos brasileiros acompanham "estarcidos a corrupção que tomou conta do Brasil". Para Chemello a corrupção causa mais estragos ao país do que qualquer CPI. Ele se referia à argumentação do governo de que uma comissão parlamentar de inquérito significa risco de desestabilização da economia brasileira. "Como a corrupção é muito dinheiro que vai para paraísos fiscais, enquanto o povo fica passando fome", lamentou.

O secretário-geral da entidade, dom Raymundo Damasceno, aproveitou para falar das denúncias de que o governo está liberando verbas para convencer os parlamentares de sua base de sustentação a não assinarem o pedido de CPI. "Dinheiro público não pode servir para barganhas políticas", criticou.



José Dirceu fala durante Marcha dos 100 mil, em 1999

RECALDO



Mais uma vez o governo FHC faz de tudo para impedir a instalação de uma CPI. É a décima segunda vez, desde 95, que a cena se repete.

Para refrescar a memória, vamos lembrar as CPIs que o Palácio do Planalto, sempre com o apoio entusiasta de ACM, abafou: maio de 95 - Caso Sivani; novembro de 95 - Proer; fevereiro de 96 - Pasta Cor-de-Rosa; novembro de 96 - Precatórios; maio de 97 - Grampo do BNDES; novembro de 98 - Dossiê Cayman; janeiro de 99 - Favorecimento de grandes bancos na desvalorização do real, incluindo o caso dos Bancos Marka e FonteCindam; julho de 2000 - Sobras de campanha e caso Eduardo Jorge; e no momento, o caso ACM.

Agora tudo se agravou para o governo e para a aliança política que o sustenta, formada pelo PSDB, PMDB e PFL, sempre com apoio do PPB e do PTB.

Oitenta e quatro por cento dos brasileiros e brasileiras, segundo o Datafolha, são favoráveis à CPI. O próprio governo,

A CPI da Corrupção

que não tem conseguido deter o volume de denúncias surgidas a partir dele mesmo, reconheceu a existência de corrupção e passou a intervir em órgãos federais como o DNTER, extinguindo outros como a Sudam e a Sudene, liberando documentos como os do Banpará e solicitando providências para o Ministério Público.

Salta à vista o absurdo da lógica palaciana. O Executivo pode investigar, o Judiciário e o Ministério Público também podem, mas o Legislativo não. A verdade nua e crua é simples: a CPI tem poderes que desvendam a corrupção, prova e aponta os responsáveis. Dai o temor e o medo do governo e do presidente desta CPI, chamada "da corrupção" pelo povo.

Os outros argumentos governistas são risíveis, dão dó. "Trata-se de manobra da oposição com objetivos eleitorais", "desestabilizará a economia", segundo o inefável Pedro Malan. Ora, as denúncias foram feitas pelos próprios membros do governo que, além de retomarem denúncias de seis anos atrás, feitas pela oposição, e, como participaram de tudo, acrescentaram, para espanto da opinião pública, novas denúncias, como as da atuação de Ricardo Sérgio na privatização da Telemar, só para citar uma.

A pobreza dos argumentos do governo é tanta que até o risco de uma crise institucional veio à tona. Quanto à economia, até as pedras sabem que a crise nada tem a ver com a CPI e sim com a política econômica dos seis anos do tucanato, com nossa dependência externa e os problemas nos EUA primeiro e na Argentina depois.

Com relação à crise política e aos riscos de uma crise institucional, se existem, a responsabilidade é do governo e dos três partidos que compõem a sua base de apoio, que não se entendem e estão se acusando mutuamente de corrupção.

A oposição, e em particular o PT, cumpre seu papel e sua obrigação de fiscalizar, denunciar e exigir a apuração, usando o único instrumento que a Constituição nos dá, a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nenhuma CPI acabou em crise institucional ou abalou nossa economia. Pelo contrário, CPIs evitaram uma grave crise no caso Collor, e nada pior para a economia, principalmente para o povo, do que a corrupção, basta ver o caso do mafiosismo em São Paulo, onde, só com o fim dos "funcionários fantasmas", o governo de Marta Suplicy economizará setenta milhões de reais por ano e, com o fim

do PAS, cerca de duzentos milhões por ano, fora os recursos que virão do repasse do SUS, que a cidade não recebia do governo federal.

A desfaçatez do tucanato é tal que querem arrastar o PT para o mar de lama em que estão metidos até o pescoço e começam a pedir CPIs contra nossos governos para desviar a atenção de Brasília e do governo FHC, usando a velha tática canalha de tentar convencer a sociedade de que todos são corruptos.

A outra tática só vem confirmar a necessidade da CPI: é a que agora a imprensa noticiou, de que o governo FHC está aliciando parlamentares e partidos oferecendo ministérios e liberando verbas orçamentárias, práticas usuais deste governo, e uma das principais causas da corrupção no país.

O PT não deve e não teme e vamos continuar mobilizando a sociedade e lutando pela CPI, que é um direito e um dever da oposição, que tem o apoio da maioria do nosso povo.

Quanto ao Congresso Nacional e aos deputados e senadores de todos os partidos, eles é que sabem o que fazer, o povo fará a CPI agora ou em 2002, nas urnas.

José Dirceu, presidente nacional do PT e deputado federal.

INTERNACIONAL

Duas mulheres

Essa semana acompanhamos a votação do Congresso argentino que acabou outorgando poderes especiais ao ministro Cavallo.

Duas mulheres se destacaram na batalha contra os super-poderes ao super-ministro: a deputada Elisa Carrió, da União Cívica Radical e a deputada Alicia Castro, da Frepaso. A primeira votou contra e disse que continuaria a lutar na Comissão de Assuntos Constitucionais da Câmara e a segunda abandonou a Aliança, por entender que o governo de De la Rúa traiu o voto popular. Não é possível esquecer que na eleição presidencial Cavallo ficou em terceiro lugar, com apenas 12% dos votos.

Cavallo chega ao governo pela terceira vez. Na primeira, ainda nos tempos da ditadura militar (1982), como presidente do Banco Central, quando estatizou a dívida externa. Demonstrou, assim, ser fiel representante dos credores internacionais.

A segunda, como Ministro de Relações Exteriores e logo depois de Economia do governo Menem, quando implantou a lei de conversibilidade (um peso = um dólar) e privou o Estado da faculdade soberana de gerir a sua moeda. Essa política deixou a Argentina extremamente vulnerável e dependente do capital financeiro internacional, acabou a tarefa iniciada pelos governos militares de desindustrializar o país, liquidou a patrimônio público e elevou as taxas de pobreza e de desemprego a níveis nunca vistos pela população.

A terceira, como "salvador da pátria", exigindo plenos poderes do Congresso para tirar o governo de Fernando "Frenando" De la Rúa do imobilismo. Mas, por que servir um governo adversário? O que muitos entendem e temem, e que foi denunciado em alto e bom tom por Alicia Castro e Elisa Carrió, é que Cavallo está onde está para servir seu projeto pessoal e pavimentar sua candidatura a Presidente em 2003. Por isso, o discurso é ambíguo e enganoso. Um expoente da Escola de Chicago propondo um plano "protecionista"? Ele sabe muito bem, porque é um político e não um técnico como o ex-ministro López Murphy, que o discurso do "ajuste" é inviável para uma sociedade que já viu e viveu todas as consequências nefastas dessa política, desde o desemprego até o aumento da criminalidade.

Hoje, o super-Cavallo pode acenar com um discurso menos ortodoxo porque é um homem que já provou a sua lealdade com os verdadeiros donos da Argentina. No entanto, a tarefa dele é manter o país na trilha "certa" para garantir a confiança do Tesouro norte-americano e dos credores internacionais. E continuar acumulando poder até 2003. Por isso é importante resistir aos "super-poderes" e nunca esquecer que o autoritarismo tem muitas vestes.

A questão principal é a democracia. Até que ponto um governo pode governar ignorando completamente o programa e a campanha que lhe permitiu ser vitorioso? Como exercer o controle cidadão? Como transformar a democracia delegativa em democracia participativa?

No último 24 de março, a sociedade argentina encheu as praças do país para "relembrar" o 25º aniversário do golpe militar. Porque é importante não esquecer a ditadura, mas também porque há que continuar defendendo os verdadeiros valores democráticos contra todas as formas de autoritarismo.

Ana Maria Stuart, assessora da Secretaria de Relações Internacionais do PT.

PT mobiliza militância para atos pela CPI

O PT está mobilizando sua militância em todo o Brasil para organizar manifestações pela criação da CPI da Corrupção.

Além do ato no dia 5, em Brasília, as direções regionais organizam manifestações em diversas cidades. Foi realizada manifestação no Recife, com a presença dos prefeitos João Paulo (Recife), Luciana Santos (Olinda), Paulo Roberto Santana (Camaragibe) e José Luiz de Lima Sampaio (Cactés). O PT do Pará realiza coletiva à imprensa em Belém, no momento da partida de cinco ônibus com militantes que vão participar do ato na capital. No mesmo dia, haverá coleta de assinaturas em várias cidades da Bahia e a preparação de uma manifestação em Salvador.

O governador Olívio Dutra e o prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, participaram de ato na Esquina Democrática, na capital gaúcha. Também foi realizada manifestação em Natal, quando ocorreu mutirão para coleta de assinaturas pela CPI.

A coleta de assinaturas do abaixo-assinado está sendo feita em 20 municípios de Santa Catarina, inclusive Florianópolis. No Ceará, está sendo realizada a campanha "PT nas Ruas", com coleta de assinaturas em Fortaleza e várias cidades do interior. Também estão sendo colhidas adesões ao abaixo-assinado em Porto Velho, Rondônia, e em Rio Branco (AC), onde também haverá manifestação.



Lideranças estaduais do PT, PDT, PCdoB, PV e PCR, entidades sindicais e movimentos organizados lançaram, no Auditório da Associação Paraibana de Imprensa (API), o Fórum Estadual Pro-CPI da Corrupção. O evento contou com a participação do deputado federal Avenzoar Arruda (PT), deputados estaduais Frei Anastácio (PT), Luiz Couto (PT) e Sargento Dênis (PV), dos vereadores petistas Luciano Cartaxo e Romério Patrício e dos presidentes regionais do PT, Adalberto Fulgêncio, e do PDT, Neto Franca.

Foi constituída uma coordenação do Fórum que deverá preparar campanha educativa na mídia e organizar atividades no Estado para coletar assinaturas.

Caravanas

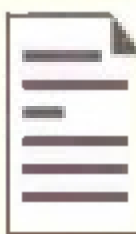
Em São Paulo e Rio de Janeiro estão sendo organizadas coletas de assinaturas em vários pontos das duas cidades, além da preparação de caravanas para o ato em Brasília.

Na capital federal, não será por falta de mobilização que o Congresso deixará de aprovar a CPI, pois além do ato da próxima quinta-feira, haverá também uma manifestação na segunda-feira.

Para a manifestação em

Brasília estão sendo organizadas caravanas em diversos pontos do país. É o caso de Salvador, de onde sai um ônibus esta semana. De Goiás, sairão 50 ônibus, mesmo número que foi mobilizado para transportar militantes de vários pontos do Distrito Federal. De São Paulo sairão 10 ônibus e um número ainda não determinado deixará várias cidades do interior paulista e dos municípios da Grande São Paulo.

RESOLUÇÃO DE CONJUNTURA



No site do PT (www.pt.org.br) está disponibilizada a íntegra da resolução sobre conjuntura, *O momento político atual e o PT - Ética na política: CPI já!*, aprovada na reunião do Diretório Nacional, nos dias 10 e 11 de março, em São Paulo.

PT COPOM DE Assinatura

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

☐ Cobrança bancária
☐ Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexo)
☐ Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
 São Paulo-SP - C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

☐ Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino
 Filiado ao PT: ☐ Sim ☐ Não

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo, SP, CEP 01019-000
 Tel: (xx11) 233-1328 Fax: (xx11) 233-1349

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Fernanda Estima - MTB 25075

REDAÇÃO
Rosana Ramos, Fernanda Estima,
Walter Venturin e Claudio Cozer Xavier

DIAGRAMAÇÃO
Cláudio Gonzalez

COLABORAÇÃO
Pérea Chaves - estagiária

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

SEDE

Rua Silveira Martins, 132,
São Paulo, SP, CEP 01019-000
Tel.: (011) 233-1313
Fax: (011) 233-1349
E-mail: ptnoticias@pt.org.br
Página na Internet: www.pt.org.br

Tiragem: 12.000 exemplares
Fotótipos e impressão: Artpress

OPINIAO

Tragédia na P36 - fatalidade ou sabotagem?

O povo brasileiro está triste e ao mesmo tempo perplexo diante do lamentável episódio do afundamento da P36. Muitos perguntam: seria uma fatalidade ou um ato de sabotagem?

Responder sim a qualquer uma das questões seria a melhor forma de colocar um ponto final no debate sem tocar nas verdadeiras razões da sucessão de acidentes que tem ocorrido.

Temos plena convicção de que se trata de um "crime premeditado" em consequência de uma concepção de modelo imposto ao setor pelo governo FHC a partir da quebra do monopólio estatal. Há um conjunto de fatores a considerar. A terceirização da mão-de-obra da empresa é um deles. Para se ter uma idéia, a Petrobras tinha, há 20 anos, cerca de 70 mil trabalhadores contratados; ampliou suas atividades e reduziu este número para perto de 34.500. Essa redução se deu pela demissão, aposentadoria, ou morte de trabalhadores, que foram substituídos por funcionários terceirizados.

Antes dizia-se que era necessário terceirizar as atividades de hotelaria, limpeza, jardinagem, enfim, serviços não diretamente ligados à atividade petrolífera ou serviços eventuais. Hoje terceirizaram grande parte da manutenção, operação e até do treinamento de pessoal.

Há doze anos a empresa não contrata um único trabalhador nas áreas operacionais e de manutenção. Tal política

impede a transferência de conhecimento acumulado por aqueles que trabalharam por anos, e saem ou se aposentam, para as novas gerações. O trabalho na área petroleira tem quatro características fundamentais: *é perigoso, complexo, contínuo e solidário*.

A Petrobras tem hoje três terceirizados para cada contratado direto e nas plataformas a situação é ainda pior: cerca de cinco para um.

A terceirização desses setores visa a redução de custos e quebra a possibilidade de manutenção da estabilidade e formação dessa mão-de-obra, até porque quando uma empresa terceirizada sai de um para outro contrato leva consigo seus melhores quadros. Isso tudo em uma empresa que não chega a gastar 4% de seu faturamento bruto com pessoal.

A Lei 9478 estabeleceu um limite de 36 meses para que a Petrobras colocasse em operação os campos que ela explorava na data da promulgação da mesma, após o qual, os que não entrassem em regime de produção seriam devolvidos à ANP e novamente licitados e entregues aos concorrentes. Enquanto esses concorrentes teriam oito anos para colocar em operação os campos por elas contratados.

Essa pressão desencadeou na Petrobras uma busca obcecada por operação urgente de alguns campos, entre eles o de Roncador, onde operava a P36.

A Petrobras comprou a P36 fabricada na Itália para perfuração e a transformou



O trabalho na área petroleira tem quatro características fundamentais: *é perigoso, complexo, contínuo e solidário*

em plataforma de produção em águas profundas (1600m de profundidade) em um processo cheio de irregularidades denunciadas pelo movimento sindical petroleiro desde o início.

Para a obra de transformação da plataforma foi contratada de forma totalmente irregular, a Marítima, pequena empresa brasileira que chegou a responder por 80% dos contratos de obras na gestão de Joel Rennó evidenciando um conjunto de operações suspeitas que gerou um inquérito na Polícia Federal (inexplicavelmente interrompido).

A obra foi repassada para um estaleiro canadense após concluída e levada para a Bacia de Campos no final de 1999, colocada em operação

em maio de 2000, com uma preoperação de apenas cinco meses, quando a exigência nessas condições seria de pelo menos nove meses para sua adaptação às condições locais e verificação da correção do projeto.

No dia da explosão estavam na P36 175 trabalhadores, sendo 50 funcionários da Petrobras e 125 terceirizados. A plataforma tinha acomodações e condições de segurança para 115 pessoas. Onze companheiros perderam suas vidas, todos membros da brigada de emergência e do quadro efetivo da empresa, o que demonstra que a própria Petrobras acredita que a mão-de-obra terceirizada não está preparada para atuar nas condições de risco permanente das plataformas.

Da tragédia ficam algumas dúvidas:

Por que explodiu? Talvez pela priorização da competição e busca da "auto-suficiência" a qualquer custo com o desprezo pela segurança e pela vida.

Por que afundou? Poderiam ter tentado rebocar a P36 para um lugar mais raso e, além de resgatar os nove corpos, salvar as possibilidades de aprofundar os estudos de todos os componentes do acidente e do projeto.

Onde estão os detalhes do projeto e as explicações pela presença de tanques de resíduos dentro das colunas de sustentação da plataforma e por que a interligação por tubos entre as colunas que podem ter possibilitado o afundamento?

Onde estão as fotos tiradas da coluna após a explosão?

Onde estão os relatórios de manutenção da plataforma?

Por que não parar a produção para manutenção após a constatação, três dias antes, de condições anormais de pressão em tubulações?

Por que tentar impedir a participação dos trabalhadores nas investigações, só permitida após determinação da Justiça?

Mas ficam também algumas certezas:

É urgente rever a atual política de recursos humanos da empresa, valorizando a contratação direta e formação profissional, bem como garantindo que os terceirizados que permaneçam sejam devidamente treinados nos padrões da própria empresa e sob sua responsabilidade.

É fundamental recuperar a política salarial da categoria com acordos coletivos que eliminem a disputa entre trabalhadores e restabeleça a solidariedade.

De que é necessário reverter o atual projeto de desmonte imposto por FHC aos setores públicos de infraestrutura.

É fundamental retirar da ANP, que deveria ser o órgão regulador, o domínio da política do setor petróleo. Até porque ela tem feito o jogo dos concorrentes internacionais e contra o interesse do povo brasileiro.

Enfim, ou mudamos o atual modelo ou vamos chorar cada vez mais pelas vidas perdidas e sofrer os danos ambientais decorrentes de um modelo cruel, que pensa apenas na balança comercial ou no lucro escuso de alguns.

Luciano Zica, deputado federal (PT-SP)

Assédio sexual é crime e precisa ser punido

Na semana passada a Câmara dos Deputados teve a grandeza de aprovar um projeto de extrema importância para a causa feminina neste país. Trata-se do PL n.º 61, de 1999, que dispõe sobre o crime de assédio sexual.

O projeto, de nossa autoria, foi fruto de intensa discussão de pessoas e organismos envolvidos no movimento feminista brasileiro. Essa discussão começou ainda na legislatura passada e se consubstanciou num projeto apresentado pela então deputada Marta Suplicy, que foi arquivado ao término do seu mandato.

Nosso compromisso de reapresentar o projeto e nosso empenho em vê-lo aprovado foram realizados com muito orgulho e consciência do que representará para o avanço da sociedade brasileira e para um contingente enorme de mulheres a aprovação definitiva dessa proposta.

Mesmo depois dessa aprovação, evidentemente, ainda falta muito o que

fazer. Temos que vencer eventuais resistências no Senado e lutar pela sanção integral junto ao presidente da República.

O projeto, porém, ganhou mais altura, mais fôlego. Está a meio caminho para se tornar norma jurídica para dispor sobre um importante e triste aspecto da realidade das mulheres brasileiras: o assédio sexual.

A proposta aprovada na Câmara criminaliza o assédio independente do sexo do agente. Contudo, é necessário reconhecer que a imensa maioria dos casos de assédio realmente ocorre contra mulheres, cometidos por homens. Assim, embora a proposta regule a questão de modo amplo e irrestrito, o projeto foi pensado para legislar sobre a forma mais comum do assédio, que é o do homem contra a mulher e é sob essa ótica que produzirá resultados mais positivos.

Quando tornado lei, o projeto tipificará o assédio sexual no rol das condutas apenas criminalmente. O agente ficará sujeito a uma



O projeto, de nossa autoria, foi fruto de intensa discussão de pessoas e organismos envolvidos no movimento feminista brasileiro

pena que pode chegar a até dois anos de detenção.

A esse respeito, é preciso esclarecer que a pena de detenção, não implicará em abarrotar presídios, simplesmente porque a detenção se difere da reclusão. A reclusão, sim, é a pena de prisão em regime fechado. A detenção não. Pode ser em regime aberto, semi aberto ou até mesmo em sistema de pena alternativa, com prestação de serviços à comunidade. Tudo dependerá do Juiz em

cada caso concreto, que levará em conta todas as nuances do caso e as características do réu, conforme determina o Código Penal.

Cantadas

Outro fato importante, que todos - homens e mulheres - precisam estar cientes é que o projeto não implicará em acabar com as cantadas, com a paquera ou com qualquer expressão de desejo ou afeto. Ninguém irá preso por cantar uma

mulher ou vice-versa, por dizer galanteios, ou até por assoviar na rua quando alguém passa. Isso tudo não será crime de assédio sexual. Pode ser outro tipo de crime, mas assédio, conforme está tipificado no projeto que a Câmara aprovou, de forma alguma.

O crime de assédio sexual será configurado, isto sim, quando alguém, utilizando-se de ascendência sobre a vítima, utiliza de seu poder para tentar obter favores sexuais, contra a vontade dela. Será crime o assédio, por exemplo, do patrão contra a funcionária, do padrao contra a enteada, do técnico do time contra a jogadora, do professor contra a aluna. São situações, portanto, que envolvem poder.

Nossa proposta, assim, nada mais faz do que apenas um tipo de comportamento extremamente grave e que, por incrível que pareça, ainda não havia sido tratado pelas leis brasileiras. Simplesmente, muitas mulheres não fizeram denúncias de haverem sofrido assédio sexual, ou

estas foram arquivadas, porque não há legislação aplicável ao caso.

Contudo, tal situação irá mudar. A sociedade terá um mecanismo legal para punir o assédio. Temos, portanto, um grande progresso.

No ano passado o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, afirmou que a experiência estava demonstrando às Nações Unidas que as mulheres se saíam melhores mediadoras de conflitos do que os homens. Os homens, disse o dirigente, erguem muros. As mulheres constroem pontes.

Acredito que a aprovação do projeto de assédio sexual foi uma ponte construída pelas mulheres rumo a uma sociedade mais justa, na qual, dentre outras coisas, a agressão na forma de assédio é legalmente condenada. Outras pontes precisarão ser erguidas, ainda. Mas o caminho está dado e nos enche de esperança.

Iara Bernardi, deputada federal (PT-SP), vice-líder do PT na Câmara dos Deputados e 2ª vice-presidente nacional do PT.

PARTIDO

PT aprova novo Estatuto

"O PT comemora a maioria institucional aprovando seu estatuto", disse o secretário nacional de Organização do PT, Sílvia Pereira. O Processo de Eleições Diretas (PED) foi destacado pelo dirigente petista como o melhor exemplo da evolução democrática do Partido. "Em 16 de setembro, os cerca de 700 mil filiados poderão eleger diretamente presidentes e direções municipal, estadual e nacional do Partido", informou Pereira, ressaltando que, nesta data, serão eleitos também os membros da Comissão de Ética e Conselho Fiscal do PT, além de delegados para os encontros municipais.

"A última reunião do DN (dias 10 e 11 de março) foi o encerramento de um processo de discussão que começou em 1992", lembrou Pereira. O Estatuto anterior, aprovado durante Encontro Nacional em 31 de maio e 1º de junho de 1980, estabelecia eleição de direções e presidências partidárias, por meio de delegados nos encontros municipais, estaduais e nacionais.

Durante a reunião foram definidos quem pode participar do PED, calendários de inscrições de chapas, teses e encontros partidários, nova tabela de contribuições de parlamentares, assessores e filiados e a constituição de um Fundo Nacional para o PED. "Temos que estabelecer as condições para que todas as chapas possam disputar democraticamente". Segundo

Pereira, o Fundo financiará o material de campanha, viagens e debates de teses. Os debates municipais ocorrerão nos diretórios zonais, as cidades pólo sediarão os debates estaduais, assim como os debates nacionais serão nas capitais. Cada instância definirá uma comissão de organização específica para o PED e também ouvidorias.

Conforme o novo Estatuto, poderão votar no dia 16 de setembro próximo, filiados até o dia 16 de setembro de 2000, que estiverem em dia com suas contribuições financeiras no ano de 2000 e portarem a carteira nacional de filiação. "São medidas pensadas para limitar as filiações feitas sem critério", justifica o dirigente petista.

Debates obrigatórios

Antes da realização das eleições deverão, obrigatoriamente, ser realizadas plenárias e debates entre as chapas, com ampla divulgação a todos os filiados. Em nível nacional, serão realizados em todas as capitais, nos Estados em todas as cidades-pólo e nos municípios em todos os zonais ou bairros. Estes encontros discutirão a conjuntura nacional, a construção partidária e o plano de ação do Partido.

Listas - As Comissões Executivas Municipais têm até o dia 20 de abril para disponibilizar a lista de filiados há mais de um ano. Cópia da lista deve ser enviada à Executiva Estadual por e-mail ou sedex.



Calendário Nacional da eleição das direções e dos encontros de 2001

Data	Atividade
19 de maio - sábado	Inscrição de chapa nacional
18 de junho - segunda-feira	Inscrição de chapa estadual
18 de julho - quarta-feira	Inscrição de chapas municipais (s/zonais), zonais e municipais (c/zonais)
16 de setembro - domingo	1º turno das eleições diretas das direções e de delegados aos encontros municipais
29 ou 30 de setembro - sábado e domingo	Encontros setoriais estaduais
6 e 7 de outubro - sábado e domingo	Encontros municipais (s/zonais), zonais
7 de outubro - domingo	2º turno das eleições diretas das direções
20 e 21 de outubro - sábado e domingo	Encontros municipais (c/zonais)
27 e 28 de outubro - sábado e domingo	Encontro setorial nacional
3 e 4 novembro - sábado e domingo ou	Encontros estaduais
10 e 11 de novembro - sábado e domingo	Encontros estaduais
30 de novembro - sexta-feira	Encontro nacional
1º e 2 de dezembro - sábado e domingo	Encontro nacional

Reunião do DN deve fixar data de prévias

A próxima reunião do Diretório Nacional deve ocorrer nos dias 9 e 10 de junho. Algumas das principais definições desta reunião serão a constituição do Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE-2002) e do Plano de Campanha Presidencial. Nesta reunião deverão ser fixadas as datas das prévias eleitorais, quando houver mais de um candidato ou candidata do Partido, para governadores e presidente da República. As datas devem ser definidas entre o 3º quadrimestre de 2001 e o 1º de 2002.

CEN tem nova composição

O DN formalizou a substituição de alguns de seus membros nas secretarias nacionais e também na Comissão Executiva Nacional. O deputado federal Aloizio Mercadante (SP) assume a Secretaria de Relações Internacionais no lugar de Marco Aurélio Garcia, que permanecerá na Executiva; e o deputado federal Geraldo Magela (DF) fica no lugar de Arlindo Chinaglia na Secretaria Geral. Garcia e Chinaglia pediram desligamento dos cargos para assumirem funções na Prefeitura de São Paulo.

Os novos líderes das bancadas petistas no Senado, José Eduardo Dutra (SE), e na Câmara Federal, Walter Pinheiro (BA), passam a fazer parte da CEN. A senadora Heloisa Helena, antes membro da CEN em função do cargo de líder no Senado, será incorporada à Executiva no lugar de Zoraida Arruda, que permanece no DN.

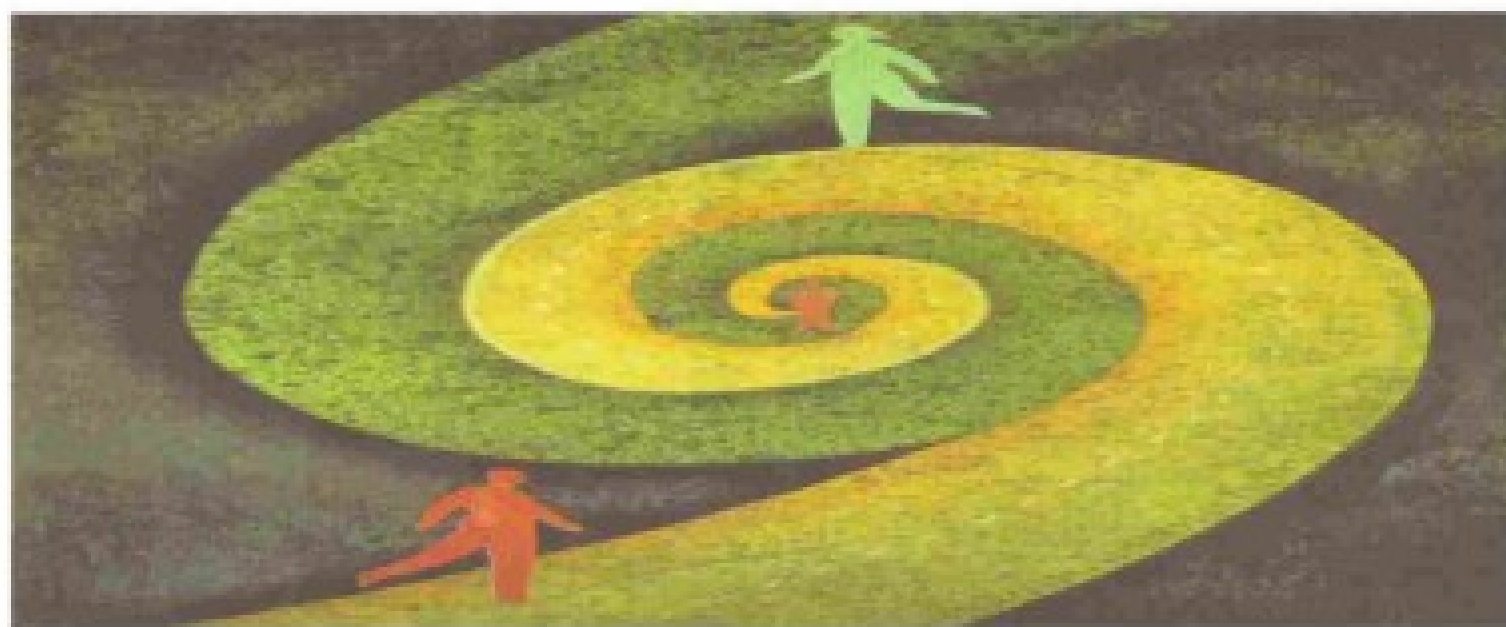
Mercadante, que antes participava da CEN em decorrência da liderança em Brasília, ficará no lugar de Marcus Flora, que continua membro do DN.

Outra alteração diz respeito à troca de Érika Kokai, que assumiu a presidência da CUT-DF, pela vice-governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva.

Também foram definidos os nomes dos membros da Comissão de Ética Nacional, prevista no Estatuto do Partido. Os integrantes foram indicados pelas chapas inscritas no 11 Congresso, com proporcionalidade aos votos que obtiveram. Os nomes são os seguintes: **Chapa Nosso Tempo** - Newton Gomes (SP); **Chapa Revolução Democrática** - Vanilda Alves (GO), Luiz Turco (SP), Lene Teixeira (MG) e para suplência Hélio da Silveira (SP); **Chapa Democracia Radical** - Danilo Camargo (SP); **Chapa Socialismo ou Barbárie** - Marília Martins Rezende (DF) e na suplência Luiz Cezar Costa (RS); **Chapa Movimento PT** - Francisco Simões (MG) e para suplente Paulo Guilherme Pereira (DF).

Proposta de eleição primária é rejeitada

Apresentada pelo senador Eduardo Suplicy (SP), a proposta da realização de eleições primárias foi rejeitada pelo Diretório Nacional. A ideia de Suplicy era de que todos os partidos de esquerda promovessem eleições com o objetivo de escolher um único candidato das oposições à presidência da República em 2002. ★



Snai desmembra-se para acompanhar governos

"A decisão do DN significa uma nova divisão do trabalho para a área institucional do Partido", comentou o secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT, Vicente Trevas, sobre a decisão do Diretório Nacional de desmembrar a Snai em duas: uma para acompanhar as administrações municipais e outra para os governos estaduais. "A frente social do PT é bem mais sofisticada, representada pelas secretarias de movimentos sociais. Agora, a frente institucional

deve avançar numa estrutura que atenda melhor suas necessidades", diz Trevas.

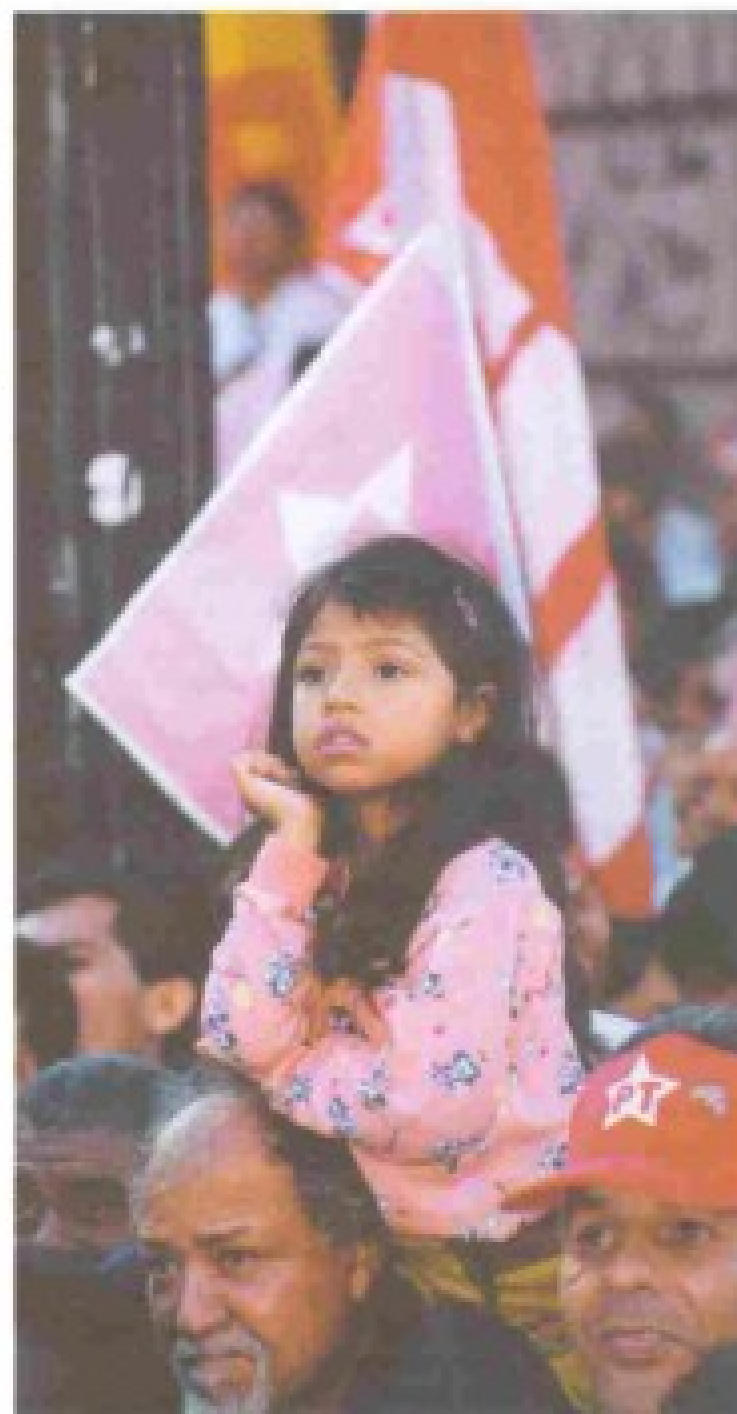
Na opinião do dirigente nacional, o PT tem um "acúmulo de políticas públicas" mais voltadas para as administrações municipais. Alguns dos temas de nova secretaria deverão ser guerra fiscal, segurança pública e desenvolvimento macrorregional. Segundo o petista, o crescimento das administrações municipais petistas "em quantidade e qualidade", manterá, no entanto, o vínculo com os

governos estaduais, em temas como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Reforma Fiscal e o Desenvolvimento Regional.

A proposta de Trevas - que será decidida na próxima reunião do DN - é que a secretaria para assuntos municipais continue atendendo como "Snai", enquanto a nova, para "assuntos dos Estados Federados". Segundo Trevas, a reunião que acontece nos dias 9 e 10 de junho deve indicar "ad referendum" o novo

secretário para assuntos dos Estados e sua secretaria.

"Entre os nomes consultados, o mais cotado é o do deputado federal Jorge Bittar (RJ), que foi o segundo secretário da Snai", declarou Trevas, ressaltando que não há qualquer decisão a respeito. Segundo ele, os critérios para a escolha seriam a condição de dirigente político, aliada à experiência na área. "Mas não é um critério absoluto. Esta referência mais soma do que exclui", explica o dirigente petista.





P R E F E I T U R A S

Modo petista de governar

Porto Alegre exporta OP

O prefeito de Porto Alegre, o petista Tarso Genro e o deputado do Parlamento Europeu, Mário Soares (ex-primeiro ministro e ex-presidente de Portugal), assinaram protocolo de cooperação da Prefeitura com a Fundação Mário Soares. Pela parceria, serão elaborados estudos teóricos e divulgadas as experiências de gestão pública democrática e de projetos de combate à exclusão social, em especial o processo desenvolvido em Porto Alegre com o Orçamento Participativo (OP).

Mário Soares esteve em Porto Alegre para conhecer a experiência de gestão democrática popular do governo municipal, a convite da Prefeitura. "Na Europa fala-se muito do Orçamento Participativo, é uma idéia interessante que quero conhecer mais profundamente", disse. O parlamentar destacou também que Porto Alegre é muito conhecida nos países europeus por ter sido sede do I Fórum Social Mundial, o que valeu à capital gaúcha intensa repercussão na mídia internacional.

Prefeitos petistas discutem a LRF

Prefeitos do PT participam, em Brasília, de encontro para discutir a Lei de Responsabilidade Fiscal e a questão do saneamento. Organizada pela Snai (Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT) a reunião, no auditório Nereu Ramos da Câmara, será aberta pelo presidente nacional do partido, deputado José Dirceu e pelo secretário nacional de assuntos institucionais, Vicente Trevas. Os debatedores do tema responsabilidade fiscal são os deputados Carlito Merss (PT-SC) e Sérgio Miranda (PCdoB-MG). A mesa terá início às 10 horas. A questão do saneamento será debatido em painel apresentado pela deputada Maria do Carmo Lara (PT-MG) às 13 horas.

Conferência

O encontro é preparatório da Conferência Nacional dos Prefeitos que ocorrerá em Brasília entre 3 e 5 de abril. O evento, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, é organizado pela Confederação dos Municípios Brasileiros e também discutirá a necessidade de mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal a fim de permitir mais investimentos nos municípios. Os participantes vão realizar no mesmo período a Marcha Nacional dos Prefeitos.

Hidrovia em Aracaju

Aracaju poderá ser servida por uma rede de transporte hidroviário urbano. O prefeito petista Marcelo Dêda estuda projeto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que poderá ligar a capital de Sergipe às cidades de Barra dos Coqueiros, Maruim e Nossa Senhora do Socorro. O BNDES detectou dez áreas propícias ao transporte de passageiros por água em todo o país, sendo três no Nordeste. "Há uma vontade concreta da prefeitura em debater assuntos de otimização do sistema de transporte da nossa capital e, particularmente, um interesse do prefeito Marcelo Dêda para que se possa ter um transporte aquaviário regular e turístico ligando Aracaju a outras cidades", ressaltou o superintendente da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, Henrique Luduvic. O encarregado pelos estudos em Sergipe será o engenheiro Osvaldo Lima Neto, da Universidade Federal de Pernambuco. Após a conclusão do trabalho, que será acompanhado pelos órgãos públicos dos municípios envolvidos no projeto, o BNDES apresentará a proposta de financiamento para a implantação do sistema.



Recife estuda aumento salarial

O prefeito do Recife, o petista João Paulo (foto), está fazendo um estudo para identificar qual o reajuste salarial que pode conceder aos servidores municipais. A informação foi passada para os funcionários durante encontro, quando o prefeito também garantiu que não vai privatizar nenhuma empresa municipal, nem promover a demissão de servidores. Entre as reivindicações apresentadas pelo funcionalismo está a ampliação do horário de funcionamento da creche que hoje funciona na Prefeitura, até as 13h30. Também foi sugerida a criação de um plantão médico, a contratação de planos de saúde e a implantação de um plano de cargos e carreira.

Democracia participativa

A implantação do Orçamento Popular pela Prefeitura petista do Recife está sendo positiva. A primeira fase de apresentação do processo participativo está tendo boa participação popular. Em 11 reuniões realizadas para discutir a nova metodologia, foi registrada a presença de 1.819 pessoas e 767 entidades.

A fase preparatória do Orçamento Participativo prossegue nas próximas semanas. A partir da segunda quinzena de abril, têm início as plenárias onde serão discutidas e apresentadas as propostas de ações para o orçamento 2002.

Banco do Povo cativa mulheres

A mulheres são maioria na diretoria da Associação dos Usuários do Banco do Povo de Goiânia. Dos 22 membros eleitos, 14 são mulheres e oito homens. Essa tendência reflete o que já acontece com os créditos aprovados pelo Banco do Povo, pois 75% deles são solicitados pelo sexo feminino. A presidenta eleita da Associação, Aparecida Damasceno, é microempresária no ramo de artigos religiosos. Um dos principais objetivos da instituição é o estímulo à criação, crescimento e consolidação de empreendimentos e atividades de serviços, comércio e indústria, formais ou informais dirigidos ou exercidos por pessoas de baixa renda, tendo em vista a promoção do desenvolvimento socio-econômico de Goiânia.

São Paulo: contratos no MPE

Por iniciativa própria, a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, entregou no dia 26 de março cópia dos contratos firmados com as dezesseis vencedoras da licitação ao procurador-geral de Justiça, José Geraldo Brito Filomeno, para que sejam investigados pelo Ministério Público Estadual (MPE).

"Se houver qualquer indicio de que alguma coisa está errada, serei a primeira a exigir que a sexta CPI seja instalada", afirmou a prefeita. Estão em curso na Câmara cinco CPIs, limite legal. Vereadores da oposição defendem a criação de uma CPI para investigar os contratos de emergência assinados pelo município para serviços complementares de limpeza, no início da gestão de Marta. Até o momento nenhuma prova que dê sustentação às denúncias foi apresentada.

Parcerias em progresso

Acordos com organismos internacionais garantem a São Paulo recursos para o combate à corrupção e para investimentos em infra-estrutura

Dando continuidade aos projetos de parcerias da administração petista em São Paulo, a prefeita Marta Suplicy, em sua viagem à França firmou acordos de mútua ajuda com o governo francês para melhoria da infra-estrutura na cidade.

A prefeita reivindicou financiamento para seus projetos de educação, saneamento, segurança, transporte e habitação. Foi bem recebida pelas autoridades francesas, tendo o primeiro-ministro Lionel Jospin avaliado seus pedidos e mandado uma equipe do ministério de Cooperação e Desenvolvimento para o Brasil, na mesma semana, para levantamento das principais necessidades da cidade.

Marta já saiu de São Paulo com vários projetos de infra-estrutura, sendo que todos foram avaliados e aprovados por diversos ministérios franceses, como o da Saúde, que já tem marcado um seminário em setembro na capital paulista, discutindo o atendimento pré-hospitalar, pelo SAMIR francês. Em Lyon, dias antes do encontro com o primeiro ministro, Marta já havia acertado cooperação com organizações não governamentais francesas - a Handicap International e a Vétérinaires Français - e com a Unesco, sobre um programa de abertura das escolas durante os fins de semana e implantação do francês nestas.

A Handicap International já está no Brasil financiando e coordenando programas para portadores de deficiência física, principalmente crianças e adolescentes, na Bahia e Fortaleza. Será instalada também em São Paulo, treinando os educadores no Brasil e na França para que estejam aptos a prosseguir com o método.

A Vétérinaires Français consiste em reabilitação de jovens infratores, fazendo com que eles trabalhem em projetos - fazendas na periferia - de cultivo de hortas e criação de animais.

Além das ONGs e do primeiro-ministro francês, os empresários franceses também pretendem se engajar em projetos com a prefeitura. Creditaram seu apoio à transparente gestão que vem sendo exercida no município paulista.

Acordos estreitos foram feitos com a França, sem contar o apoio dado por Marta nas campanhas à prefeitura dos candidatos de esquerda em Lyon e Paris, Gérard Colomb e Bertrand Delanoë respectivamente, que se sagraram vencedores e esperam apenas a efetivação da posse para iniciar mais parcerias com a prefeitura de São Paulo.

Acordos com o Bird

Nos dias 15 e 16 de março estiveram em São Paulo representantes do Banco Mundial

para discussões com a prefeitura sobre o combate à corrupção. Esse encontro foi fruto de negociações iniciadas em dezembro, antes mesmo da posse.

Trataram de questões iniciais ao plano de combate à corrupção tendo como base um diagnóstico a ser feito para identificação dos focos. Foi assinado um protocolo técnico que irá proporcionar o primeiro passo às pesquisas.

Técnicos do Banco e da prefeitura irão se aliar no projeto. Num primeiro momento vão colher informações, formar grupos de estudo e entrevistar representantes da sociedade civil. Isso deve estar pronto até o fim do ano, financiado a fundo perdido pelo próprio banco, conforme declarou Jorge Matoso, Secretário de Relações Internacionais da prefeitura.

Será a fundo perdido o investimento pois a prefeitura se compromete com a lei de responsabilidade fiscal, não permitindo investimentos tão grandes.

Após diagnosticados os problemas, um plano de ação será aplicado, como a informatização dos órgãos do governo, a simplificação de leis e agilização nos serviços ao público, com iniciativas visando facilitar a vida do cidadão e banir os "furos" no sistema.

A prefeita decidiu também constituir um comitê propulsor com a participação da sociedade civil, universidades e administração municipal para uma ação permanente contra a corrupção e irregularidades.

Segundo Matoso, a corrupção é um processo perverso de redução e privatização extrema do Estado, sem a criação de mecanismos de regulação e controle sociais - e o combate a ela em São Paulo não partirá do Bird, é uma preocupação primordial da gestão petista que terá como apoio essa forte e competente instituição.

Não é a primeira vez que o Banco Mundial fornece suporte ao combate à corrupção. Assessorias semelhantes já foram dadas a 20 países, o que estimulou Marta a buscar a parceria.

São Paulo esteve afastada do cenário internacional nos últimos oito anos, levando a nova prefeitura à urgência de mudanças. Criou a Secretaria de Relações Internacionais, entendendo ser fundamental a relação do município com questões do Mercosul, Alca e alianças, como as feitas com o Bird e o governo francês. Isso leva São Paulo a ser pioneira no país nessas conversas diante da globalização.

Não só visando a relação com os municípios internacionais, mas a integração e estreitamento do elo nas próprias gestões petistas, para o fortalecimento diante do cenário mundial.

Batalhas de comunicação

No recente seminário sobre Socialismo e Democracia, Lula mencionou criticamente, num certo momento, estudantes que queriam liderar as greves operárias no ABC, assim como um pequeno grupo de ativistas que chegou a se deslocar para a Mata Atlântica para fazer luta armada, retornando poucos dias depois comidos por pernilongos. O plenário riu.

A grande imprensa deu destaque exagerado a esse trecho da fala de Lula ao mesmo tempo em que o situou fora de contexto. Com isso, houve quem pensasse, ao ler as notícias, que Lula ridicularizou setores da esquerda brasileira que enfrentaram a ditadura militar por meio da luta armada. Não foi o que Lula fez e nem é o que Lula pensa.

Há pouco tempo, quando da preparação das comemorações dos 21 anos do PT, Lula declarou que o Partido dos Trabalhadores tem raízes na Igreja de Libertação, nos sindicatos e também em setores que vieram da esquerda armada brasileira, militantes que arriscaram a vida na luta pela democracia e pelo socialismo. E que isso era e é motivo de orgulho para ele.

O que temos, portanto, é mais uma tentativa da grande imprensa de indispor setores da opinião pública em relação a Lula. E em relação a Marta Suplicy, cuja fala no seminário também foi descontextualizada.

Desta vez a grande imprensa tentou fazer intriga dentro do próprio PT. Por isso, ao invés de corrigir nos dias seguintes, a deturpação da notícia sobre a fala de Lula abriu espaços ainda maiores para leitores, alguns deles petistas ou ex-petistas, que confiaram inocentemente no relato deturpado dos jornais.

O que estamos testemunhando são os primeiros tiros da grande batalha das comunicações da campanha de 2002. Está muito claro que tudo será feito pela grande imprensa, em especial por veículos com mais credibilidade, junto à classe média para desqualificar nossas administrações, especialmente a de Marta em São Paulo, e nossas principais lideranças, em especial Lula.

É preciso dar marcação cerrada, com seriedade e competência, a esse tipo de jornalismo praticado pela grande imprensa. Aos leitores petistas, cabe cobrar de seus jornais mais seriedade na informação. Exigir uma adequada contextualização e hierarquização dos fatos narrados. Devem cobrar dos jornais, televisões e emissoras de rádio a afirmação de que são isentos e comprometidos apenas com a verdade dos fatos, mesmo se sabemos que não são.

Aos dirigentes do PT, prefeitos, secretários, governadores, líderes partidários e parlamentares em todos os níveis, cabe reforçarem suas assessorias de imprensa e orientá-las para que nunca deixem passar em branco uma mentira, uma intriga, uma história mal contada. Usar o direito moral e legal de resposta.

Carlos Tibúrcio, jornalista da equipe de comunicação do Instituto Cidadania e **Bernardo Kucinski**, assessor de Luiz Inácio Lula da Silva e colunista de Carta Maior.

CURTAS

“Instituições Políticas no Socialismo”

A Editora Fundação Perseu Abramo promoveu no final da tarde do dia 26 de março o lançamento do livro “Instituições políticas no socialismo”. A publicação é resultado de um dos seminários realizado no ano passado no ciclo de debate Socialismo e Democracia e engloba a intervenção do prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, e dos comentários do presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu, e do prefeito de Belém (PA), Edmilson Rodrigues. O evento ocorreu logo após o término da nova roda de seminários sobre o mesmo tema, promovido pela Secretaria de Formação Nacional do PT, Instituto Cidadania e a Fundação Perseu Abramo. Aquisições podem ser feitas pelo telefone (0xx11) 5571 4299 ou pelo e-mail editoravendas@fpabrmo.org.br

PT faz Conferência de Esporte e Lazer

O Partido dos Trabalhadores realiza nos dias 21 e 22 sua Conferência Nacional de Esportes e Lazer. A organização do evento será feita pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares e pela Comissão Provisória do Senorial de Esportes e Lazer do PT. O local será o Diretório Nacional do PT, na rua Silveira Martins, 132, no centro de São Paulo. Veja abaixo a programação da Conferência.
21 de abril – sábado
9h – Credenciamento
9h30 – Abertura
10h30 – Mesa redonda: “Governado o Esporte e Lazer nas Cidades”
14h – Mesa redonda: “Governado o Esporte e Lazer nos Estados”
16h – Mesa redonda – “Subsídios para a Política de Esporte e Lazer”
18h – Plenária de encaminhamentos
22 de abril – domingo

9h – Vistas: Estádio do Pacaembu, Centro Olímpico, Sede da Secretaria Municipal de Esportes e Autódromo de Interlagos.

Mais informações na Secretaria Nacional de Movimentos Populares pelo telefone (0xx11) 233-1379/1380 ou pelo e-mail movpopulard@pt.org.br

Ex-pedetistas gaúchos no PT

Marcado por um ato que contou com a presença de líderes petistas, como Luiz Inácio Lula da Silva, Olívio Dutra e Tarso Genro, o Diretório Estadual do PT do Rio Grande do Sul filiou no partido 290 ex-pedetistas, das cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria. Para o presidente do diretório gaúcho, Júlio Quadros, o ingresso dos trabalhadores revigora o projeto político do Partido. Quadros mostrou-se sensibilizado, particularmente, com a filiação do ex-presidente do PDT, Severo Chaste, lembrando a sua trajetória pública desde os embates eleitorais de 1945. “O partido sai fortalecido com a entrada de companheiros que têm compromissos democráticos”, disse. Os novos petistas devem compor uma nova corrente dentro do PT, chamado Unidade Socialista.

Egressos do PDT, o grupo deixou a sigla no segundo turno das eleições municipais do ano passado por discordar da candidatura de Alceu Collares à prefeitura. De acordo com os novos petistas, a mudança não se constitui em modificação de partido, mas de manutenção da defesa de uma mesma linha ideológica. “O que mudou foi o PDT”, ponderaram. Dentre os novos filiados há o diretor da Loteria do Estado e filho de Leonel Brizola, José Vicente Brizola, que justificou o afastamento do PDT dizendo que paternidade não pressupõe o seguimento das mesmas ideologias.

Está previsto ainda um encontro com a senadora Emília Fernandes (RS) para definir a sua filiação ao Partido. Emília também se desligou do PDT por “por razões políticas e ideológicas”.

SEMINÁRIO



Lula: “o socialismo é um processo de aprendizado da sociedade, que a gente vai construindo no dia-a-dia”.

Socialismo é perspectiva dos governos petistas

“Dá para nossas prefeituras e governos fazerem alguma coisa numa perspectiva socialista, apesar do Malan comandando a economia e Fernando Henrique na Presidência”, disse o líder petista Luiz Inácio Lula da Silva durante sua intervenção no seminário *Socialismo e Democracia* promovido pela Secretaria Nacional de Formação do PT, Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, realizado em São Paulo.

Em sua exposição sobre a relação entre a vitória do PT nas últimas eleições e as perspectivas da construção do socialismo, Lula destacou a introdução nas prefeituras petistas de políticas públicas, como o Orçamento Participativo, que “acreditava-se ser possível apenas numa sociedade socialista”. “Não sei se algum governo comunista no século XX abria o orçamento para a participação popular”.

Para o líder petista, há uma mudança na relação entre cidadão e governo demonstrada em administrações petistas. Segundo Lula, a visibilidade é maior nas “cidades pequenas”. “Nestas localidades, a prefeitura passou a ser um espaço no qual as pessoas não apenas reclamam, mas contribuem para melhorar suas cidades”.

Entre os exemplos administrativos citados pelo petista está Vitória da Conquista (BA), “governada pelo PFL até outro dia”. Lula espanta-se ao mencionar a excelência da política de saúde na cidade baiana. “Como é possível isso, numa região onde nosso prefeito, Guilherme Menezes, tem que fazer uma política de enfrentamento com toda a máfia da estrutura privada da saúde daquela cidade”. Para Lula, são ações como estas que “podem despertar em nós a perspectiva de que não é impossível construir uma sociedade socialista”.

O líder petista defendeu a tese de que “o socialismo é um processo de aprendizado da sociedade, que a gente vai construindo no dia-a-dia”.

“Temos que arregaçar as mangas para irmos fazendo o que é possível fazer desde

já”, propõe o líder petista, destacando o papel do PT na geração de políticas públicas socialistas.

Receita de bolo

A prefeita petista de São Paulo, Marta Suplicy, também acredita que não haja um modelo pronto e acabado para o socialismo petista. De acordo com Marta, o socialismo será uma obra dos seres humanos liberados da exploração e produto de um processo que não está escrito de antemão, garantindo que não há receita.

Marta considerou três questões fundamentais para o que chamou de socialismo moderno, ou do terceiro milênio. Destacou a necessidade do pleno respeito à democracia, pautada na liberdade de escolha, nos direitos das minorias, na igualdade da mulher, na existência de poderes independentes e eleitos, nos direitos de organização sindical, política e cultural, e na liberdade de imprensa.

Indispensável também considerou a existência do mercado como elemento essencial da distribuição dos recursos, que tem que ser garantido, e cujo papel do Estado é ser regulador. “O mercado tem que ser subordinado à democracia e não a democracia e o poder do cidadão submetidos à ditadura do mercado”, disse a prefeita.

Outra tarefa do Estado, segundo Marta, diz respeito à sua ação de redistribuição para reduzir a desigualdade social e cultural, subordinando a liberdade do capital às decisões da democracia. Segundo a prefeita paulistana existe uma “tendência que é inerente ao capitalismo em concentrar a riqueza nas mãos de poucos em detrimento da sociedade”. Marta defendeu ainda o direito da propriedade privada, salientando que a sociedade deverá assegurar sua função social. “Estes elementos são indispensáveis, mas não suficientes para definir socialismo. Devemos acrescentar também a participação popular”, disse a prefeita, destacando a experiência do Orçamento Participativo, implementado nas administrações petistas.

Socialismo na ordem do dia

Para ex-prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, o socialismo está na ordem do dia. O petista avalia que o tema recorre

porque “o capitalismo neste último período amadureceu muito mais, as classes sociais estão muito mais demarcadas, o conjunto dos trabalhadores assalariados, produtores diretos ou não, proletariado em geral, é muito maior, socialmente muito mais forte, muito mais preparado, pela sua própria educação e formação, para ser uma alternativa de poder, do que há um século”.

De acordo com Pont, houve um período temporário de paralisia dos trabalhadores frente à ofensiva do pensamento capitalista, na sua forma neoliberal, combinado com um período de crise profunda em decorrência do fim do que era chamado de socialismo real, o socialismo burocrático do Leste Europeu. O petista acredita que esta combinação fez com que as forças de esquerda, as forças socialistas, vivessem uma situação de defensiva. Porém, nos últimos anos, defende ele, tem havido uma retomada da capacidade de resistir sob bases muito mais sólidas, com referências mais profundas para orientar a luta dos trabalhadores.

“Nunca pensamos que o nosso socialismo era ou deveria ser semelhante à forma de cooptação, de submissão, de captação do capitalismo que a social-democracia fez na Europa e muito menos o partido único, a ditadura, o autoritarismo”, disse o ex-prefeito garantindo que o PT não tem que se atrapalhar com as relações que a imprensa faz com as outras experiências.

Pont defende, no entanto, que qualquer cidadão sério, democrata, tem que ser contra instituições fraudadas, tais como um Congresso sob suspeita de negociatas, montado sem proporcionalidade idêntica em todo o país, em uma nação que é governada como uma ditadura civil, por meio de medidas provisórias. “Não significa que somos contra a democracia. Temos que combater sem tréguas os métodos deste governo e mostrar que é possível fazer diferente, de outra forma, e estamos fazendo isso”, afirmou ele, exemplificando com as gestões petistas.

Pont destacou a experiência da democracia participativa, do poder local, como instrumento para um

projeto socialista. “Os governos locais proporcionam experiências de democracia, como o Orçamento Participativo (OP), os conselhos municipais, os fóruns regionais e setoriais, que põem em xeque o sistema representativo clássico como algo inevitável e imutável”. Para ele, democracia direta e a soberania da decisão popular vão além da noção de cidadania clássica e possibilita um processo participativo e consensuador da população, que retoma o debate histórico sobre novas formas na relação da sociedade com o Estado. De acordo com o ex-prefeito, ao ter acesso aos números, dados e informações do orçamento público, planos diretores e principalmente o poder soberano de decidir diretamente, as pessoas vão além dos limites da cidadania do Estado de direito “capitalista”, apropriam-se da esfera pública e estão disponíveis para assumirem um projeto de uma democracia substantiva e lutarem por ela.

Mudança de pauta

Para o presidente da Fundação Perseu Abramo, Luis Dulci, a importância do episódio das eleições revela-se não nos seus efeitos imediatos, mas na sua implicação histórica. Em uma perspectiva de mudanças estruturais para o país. Segundo ele, é necessário analisar as eleições do ponto de vista do socialismo, para saber em que medida aproveitamos o potencial transformador e criativo desse processo.

O PT defende o socialismo democrático, tem estratégia de maioria para chegar a ele e neste sentido as eleições têm muita importância. “As eleições mudaram a pauta do país. Legitimaram uma realidade nova”, diz Dulci. Para ele, segmentos decisivos do campo conservador foram obrigados a começar a tratar de temas sociais, como resgatar projetos da esquerda como o OP, a bolsa-escola e o banco do povo. “Não é uma coisa secundária porque passamos dez anos com uma pauta neoliberal dominante”, avalia. ★